

## **Emprego doméstico na Região Metropolitana de Porto Alegre em 2017**

Em 2017, o mercado de trabalho regional apresentou comportamento adverso pelo terceiro ano consecutivo, segundo as informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). O nível ocupacional continuou reduzindo-se, ainda que em ritmo menor do que observado no ano anterior, a taxa de desemprego total apresentou nova elevação, e o rendimento médio real de ocupados e assalariados manteve a trajetória de redução observada nos dois anos anteriores. Diante desse cenário, observou-se mais um aumento no número de trabalhadoras domésticas na RMPA, confirmando a reversão da tendência de declínio observada entre 2008 e 2014.

O emprego doméstico continua sendo uma importante alternativa de trabalho na RMPA, principalmente para as mulheres maduras e com baixa escolaridade. Porém, com a persistência de um cenário de dificuldades no mercado de trabalho nos últimos três anos a atividade voltou a constituir-se em alternativa também para as trabalhadoras mais jovens e escolarizadas, que na estrutura domiciliar ocupam a posição de filhas. Neste contexto, destaca-se a importância da PEC das domésticas, que a partir de 2015 estendeu a esse grupo a maioria dos direitos previstos aos demais trabalhadores registrados com carteira de trabalho assinada, como a jornada máxima semanal, o direito a horas extras e segurança do trabalho, FGTS obrigatório e seguro desemprego.

O presente Informe Especial busca apresentar um retrato do emprego doméstico na RMPA em 2017, com dados sobre as formas de contratação, as diferenças entre as regiões de moradia e de trabalho, a jornada média diária, o rendimento médio real por hora e o percentual de trabalhadores domésticos que contribui para a Previdência Social.

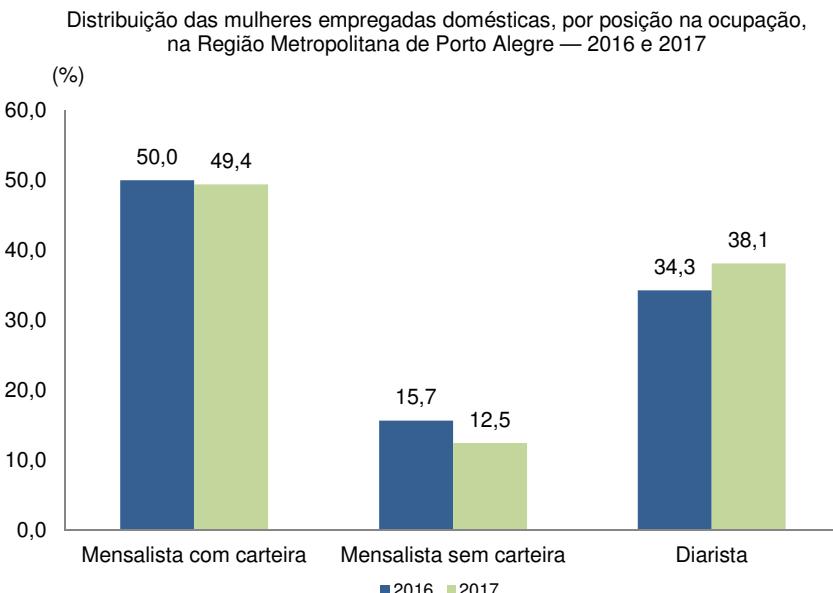
## As empregadas domésticas na Região Metropolitana de Porto Alegre

Em 2017, a participação do emprego doméstico foi de 6,0% no total dos ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). As mulheres continuam sendo a grande maioria desse segmento, já que representavam 96,2% dos trabalhadores domésticos. Destaca-se que enquanto o nível de ocupação feminina total registrou retração de 6,2% (menos 48 mil ocupadas), o emprego doméstico apresentou crescimento de 4,4% (mais 4 mil ocupadas).

A participação do emprego doméstico na ocupação feminina apresentou crescimento, pelo terceiro ano consecutivo, ao passar de 11,6% em 2016 para 12,9% em 2017, confirmando a reversão da trajetória de declínio observada entre 2008 e 2014 no mercado de trabalho regional. Estimou-se um contingente de 94 mil trabalhadoras domésticas na RMPA, que são contratadas como mensalistas com ou sem carteira de trabalho assinada, ou trabalham por conta própria como diaristas.

As mensalistas com carteira de trabalho assinada representaram 49,4% das trabalhadoras domésticas, no último ano. A participação das mensalistas sem carteira assinada registrou redução, ao passar de 15,7% em 2016 para 12,5% em 2017. Ambos os movimentos podem estar relacionados com a regulamentação da atividade ocorrida no período. Contudo, também houve aumento entre as diaristas, que passaram a representar 38,1% dos ocupados nos serviços domésticos na RMPA, sendo este o maior índice já registrado na série histórica da Pesquisa, desde 1993 (Gráfico 1).

Gráfico 1



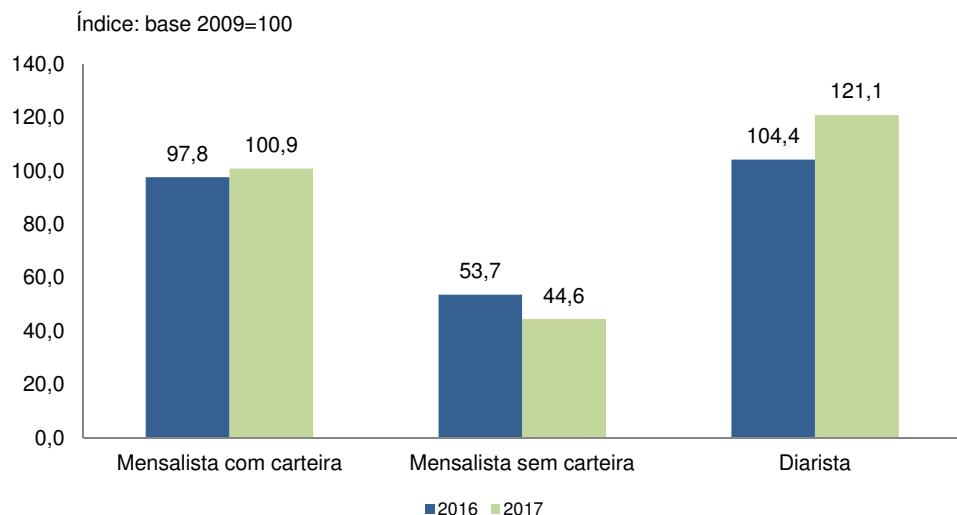
FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

O nível de ocupação apresentou aumento de 3,2% para as mensalistas com

carteira de trabalho assinada (mais 1 mil empregadas) e redução de 16,9% para as mensalistas sem carteira (menos 2 mil ocupadas) entre 2016 e 2017. Já para as trabalhadoras diaristas, verificou-se crescimento de 16,0% (mais 5 mil ocupadas), no mesmo período (Gráfico 2). Em 2017, os contingentes estimados foram de 46 mil empregadas com carteira assinada, 12 mil empregadas sem carteira e 36 mil trabalhadoras diaristas.

Gráfico 2

Índices do nível de ocupação das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016 e 2017



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: 1. As estimativas de jan./15 a abr./15 foram corrigidas em jan./16 devido à atualização de pesos amostrais.

2. Projeções populacionais atualizadas em jan./16; ver **Nota Técnica nº 2**.

## Perfil das trabalhadoras domésticas

De acordo com as características sociodemográficas, as mulheres não negras continuaram representando a maioria das trabalhadoras domésticas em 2017 (78,8%). Não obstante, observa-se uma sobrerepresentação das mulheres negras nessa atividade, dado que elas representavam 21,2% das domésticas e 13,0% das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) na RMPA no ano em análise.

Verificou-se que a parcela relativa das trabalhadoras domésticas com 40 anos e mais se reduziu pelo segundo ano consecutivo, de 75,3% em 2016 para 74,9% em 2017, o que indica que o serviço doméstico passou a ser uma alternativa para mulheres com menos de 40 anos.

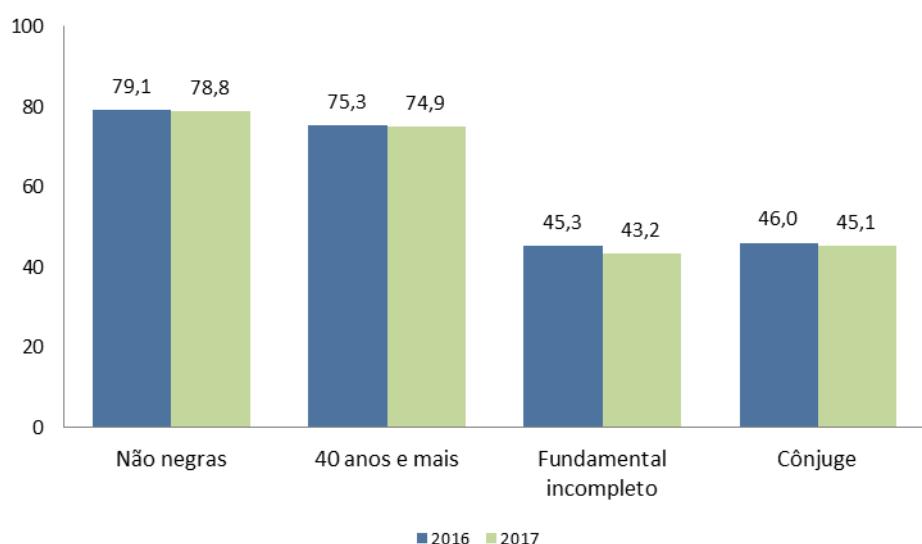
Em relação ao grau de instrução, a maior parte das trabalhadoras domésticas segue sendo de baixa escolaridade, 43,2% não haviam concluído o ensino fundamental em 2017 contra 45,3% em 2016. A redução desse indicador deveu-se ao aumento

daquelas com o ensino fundamental completo, que passou de 30,0% para 31,2%, e com ensino médio completo, que passou de 23,3% para 24,0% no período analisado. Esse comportamento tem relação com o fato de mulheres com menos de 40 anos terem ingressado no serviço doméstico em decorrência do fechamento de postos de trabalho em outras ocupações.

Quanto à posição no domicílio, as cônjuges e as chefes de domicílio continuam representando a maior parcela entre as domésticas, mas ambas reduziram as suas participações em 2017. A parcela relativa de cônjuges reduziu-se de 46,0% para 45,1% entre 2016 e 2017, enquanto a de chefes de domicílio diminui de 43,3% para 42,9% no mesmo período (Gráfico 3). A contraparte deste movimento é, provavelmente, aumento da participação das filhas, que passaram a representar em 7,3% das trabalhadoras domésticas em 2017<sup>1</sup>.

Gráfico 3

Parcelas relativas das mulheres empregadas domésticas, segundo características sociodemográficas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016 e 2017



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

## Trabalho e local de moradia

A parcela de empregadas domésticas da RMPA residentes no Município de Porto Alegre se reduziu de 39,3% em 2016 para 37,1% em 2017. Este decréscimo pode ser explicado pela redução de diaristas com residência na capital, de 36,4% em 2016 para 31,6% em 2017, visto que houve crescimento da participação das mensalistas com

<sup>1</sup> Em 2016 não havia amostra para esta posição.

carteira assinada nesta condição, de 39,4% para 41,6% no período em análise (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo o município de moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016 e 2017

PERÍODO E MUNICÍPIO DE MORADIA	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS	(%)
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
<b>2016</b>					
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	
Município de Porto Alegre .....	39,3	39,4	45,1	36,4	
Demais municípios da RMPA ....	60,7	60,6	54,9	63,6	
<b>2017</b>					
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	
Município de Porto Alegre .....	37,1	41,6	(1)	31,6	
Demais municípios da RMPA ....	62,9	58,4	64,2	68,4	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Houve crescimento do número de empregadas domésticas que trabalha em um município distinto do que mora. Em 2017, 64,7% das empregadas domésticas da RMPA residiam e trabalhavam no mesmo município, parcela que era de 70,1% no ano anterior (Tabela 2). Destaca-se a elevação da parcela de diaristas que reside e trabalha em municípios distintos, de 31,7% em 2016 para 40,3%.

Tabela 2

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo a região de moradia e de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016 e 2017

PERÍODO E REGIÃO DE MORADIA E DE TRABALHO	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS	(%)
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
<b>2016</b>					
<b>RMPA</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	
Reside e trabalha no mesmo município .....	70,1	67,7	81,9	68,3	
No Município de Porto Alegre .....	38,9	39,3	44,2	35,8	
Fora do Município de Porto Alegre .....	31,3	28,4	(1)	32,5	
Reside e trabalha em municípios distintos .....	29,9	32,3	(1)	31,7	
Reside no Município de Porto Alegre .....	(1)	(1)	(1)	(1)	
Reside fora do Município de Porto Alegre .....	29,5	32,2	(1)	31,1	
<b>2017</b>					
<b>RMPA</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	
Reside e trabalha no mesmo município .....	64,7	65,8	75,6	59,7	
No Município de Porto Alegre .....	36,8	41,2	(1)	31,4	
Fora do Município de Porto Alegre .....	27,9	24,6	(1)	28,3	
Reside e trabalha em municípios distintos .....	35,3	34,2	(1)	40,3	
Reside no Município de Porto Alegre .....	(1)	(1)	(1)	(1)	
Reside fora do Município de Porto Alegre .....	35,0	33,8	(1)	40,1	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

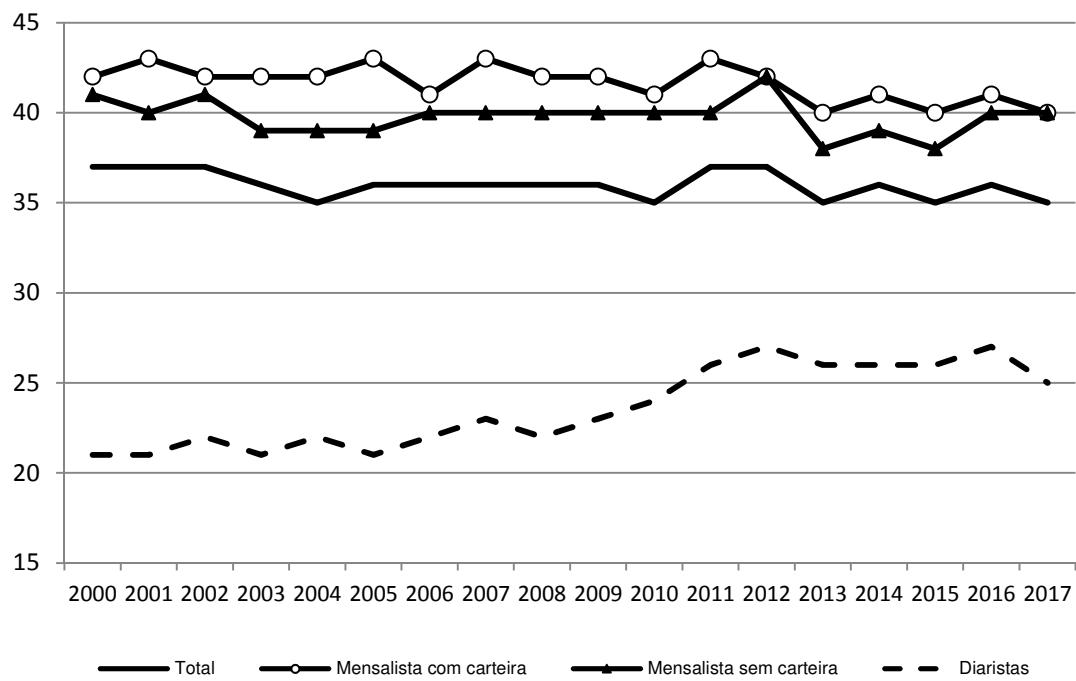
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

## Jornada de trabalho e rendimentos

Em 2017, a jornada média semanal de trabalho das domésticas foi de 35 horas, redução de 1 hora em relação ao ano anterior (Gráfico 4). As trabalhadoras mensalistas, tanto as com carteira assinada quanto as sem registro em carteira, tiveram uma jornada média semanal de 40 horas de trabalho. Já a jornada das diaristas foi de 25 horas semanais. Destaca-se que as diaristas apresentaram redução de 2 horas na jornada, enquanto as mensalistas com carteira assinada apresentaram redução de 1 hora na jornada, entre 2016 e 2017.

Gráfico 4

Jornada média semanal trabalhada no trabalho principal pelas mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-2017



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: A jornada média mensal exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

Desde 2013, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, a jornada de trabalho das empregadas domésticas limita-se a 44 horas semanais, sendo obrigatório o pagamento das horas excedentes. Em 2017, 9,8% do total das domésticas cumpriu uma jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, havendo significativa redução em relação ao ano de 2016, quando 19,0% trabalhava além deste limite. Trata-se, sobretudo, de um avanço em relação a 2012, ano que antecedeu a mudança na legislação, quando 28,4% atendia uma carga horária superior às 44 horas.

Em relação às mensalistas com carteira assinada, verificou-se aumento entre as que trabalhavam de 31 a 44 horas semanais, de 70,3% em 2016 para 83,1% em 2017. Entre as diaristas, o crescimento mais significativo ocorreu para as que trabalhavam até 20 horas semanais, de 37,4% para 41,8% no mesmo período (Tabela 3). Houve aumento da parcela de diaristas com disponibilidade para trabalhar mais horas semanais, de 20,5% em 2016 para 22,3% em 2017. Ou seja, ampliou-se a insuficiência de horas de trabalho para essa categoria, sendo esta uma das características do subemprego.

Tabela 3

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, segundo faixas de horas semanais trabalhadas e posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2012, 2016 e 2017

(%)

PERÍODO	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada	
<b>2012</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 20 horas	16,9	(2)	(2)	40,3
De 21 à 30 horas	14,8	(2)	(2)	23,8
De 31 à 44 horas	39,9	52,2	39,5	23,0
Acima de 44 horas	28,4	35,4	37,8	(2)
<b>2016</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 20 horas	15,1	(2)	(2)	37,4
De 21 à 30 horas	13,8	(2)	(2)	27,4
De 31 à 44 horas	52,0	70,3	55,2	24,1
Acima de 44 horas	19,0	23,0	(2)	(2)
<b>2017</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Até 20 horas	17,8	(2)	(2)	41,8
De 21 à 30 horas	14,4	(2)	(2)	26,5
De 31 à 44 horas	58,0	83,1	(2)	26,5
Acima de 44 horas	9,8	(2)	(2)	(2)

Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: A faixa de horas semanais exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

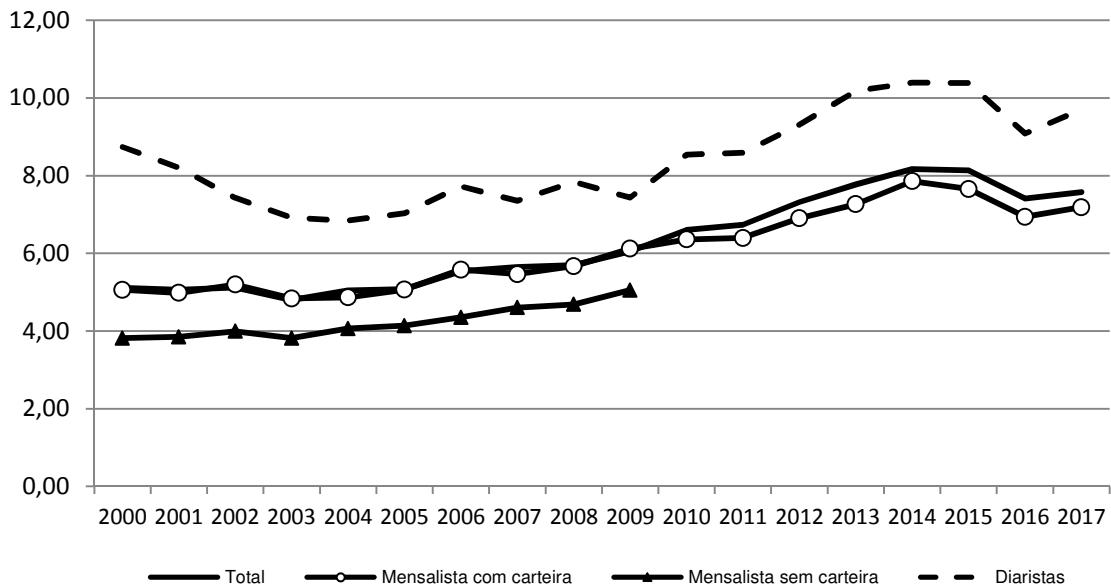
Ao analisar o rendimento médio real por hora de trabalho, observa-se aumento de 2,2% dos rendimentos para o total das empregadas domésticas. O rendimento médio das diaristas cresceu 6,8% e o das empregadas domésticas com carteira assinada aumentou 3,5% no mesmo período. O valor do rendimento médio real por hora das diaristas passou de R\$ 9,09 em 2016 para R\$ 9,70 em 2017, e o das mensalistas com carteira assinada de R\$ 6,94 para R\$ 7,18 (Gráfico 5).

Devido à redução da jornada média de trabalho, o rendimento médio real mensal das empregadas domésticas se reduziu de R\$ 1.142 em 2016 para R\$ 1.135 em 2017. Entre as mensalistas com carteira assinada, houve aumento de R\$ 1.218 para R\$ 1.230, enquanto para as diaristas registrou-se redução de R\$ 1.050 para R\$ 1.038. Destaca-se

que o rendimento médio real por hora das diaristas é superior ao valor pago às mensalistas com carteira, mas o rendimento médio real mensal é menor. Isso se deve ao fato de as diaristas possuírem uma jornada média de trabalho inferior.

Gráfico 5

Rendimento médio real (1) por hora de trabalho principal das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2000-2017



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: 1. O rendimento médio real exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana, as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício; valores em reais de nov./17; o inflator utilizado foi o IPC-IEPE. 2. A amostra não comporta desagregação para as empregadas mensalistas sem carteira de trabalho assinada, a partir de 2010.

## Proteção social

A parcela do total de empregadas domésticas que contribui para a previdência social apresentou pequena redução, de 59,7% em 2016 para 59,0% em 2017. Entre as diaristas a proporção das que não contribuem aumentou de 79,3% para 81,1% no período em análise (Tabela 4).

A condição das diaristas é semelhante à dos trabalhadores autônomos quanto à relação entre o trabalho e a proteção social. Tal situação tende a se agravar com o envelhecimento das mulheres nessa ocupação, dado que elas não terão direito à aposentadoria e que o avanço da idade dificulta a realização do trabalho. Em 2017, do total das diaristas, 34,5% possuía entre 50 e 59 anos e 41,9% eram chefes de família. A insuficiência de horas de trabalho para as diaristas, que torna o rendimento mensal mais baixo em comparação com o das mensalistas, influencia o menor percentual de contribuição para a previdência.

Tabela 4

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo a contribuição para a Previdência Social, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016 e 2017

PERÍODO E CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA OFICIAL	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS	(%)
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada		
<b>2016</b>					
<b>Total</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	
Contribui .....	59,7	99,4	(1)	20,7	
Não contribui .....	40,3	(1)	81,9	79,3	
<b>2017</b>					
<b>Total</b> .....	100,0	100,0	100,0	100,0	
Contribui .....	59,0	100,0	(1)	18,9	
Não contribui .....	41,0	(1)	80,7	81,1	

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

## Notas metodológicas

### 1 Principais conceitos

**PIA** - População em Idade Ativa - população com 10 anos e mais.

**PEA** - População Economicamente Ativa - parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

**Ocupados** - conjunto de pessoas que: (a) possuem trabalho remunerado exercido com regularidade; (b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular e não procuram trabalho diferente do atual, excluindo aquelas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias; e (c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, e não procuram trabalho.

**Desempregados** - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir:

- **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- **desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício;
- **desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

**Inativos** (maiores de 10 anos) - parcela da PIA que não está ocupada, nem desempregada.

### 2 Principais indicadores

**Taxa global de participação** é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

**Taxa de desemprego total** é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

**Taxa de ocupação** é igual à relação ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

## Notas técnicas

---

### Nº 1: Alteração dos indicadores de setor de atividade da PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jul./12

Em novembro de 2010, a Pesquisa de Emprego e Desemprego iniciou a captação das informações referentes aos setores de atividade, considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0). A partir de então, realizou-se dupla codificação dos dados captados no campo: a primeira, utilizando a classificação de atividade econômica da PED; e a segunda, a classificação da CNAE Domiciliar 2.0. Essa codificação em paralelo encerrou-se em maio de 2012, e, a partir de junho de 2012, foi adotada apenas a classificação derivada da CNAE Domiciliar 2.0.

Com isso, as séries contendo informações sobre setor de atividade que utilizavam a classificação anterior, divulgadas até maio de 2012, foram interrompidas, iniciando-se novas séries trimestrais segundo a classificação da CNAE Domiciliar 2.0, com dados a partir de janeiro de 2011. Como decorrência, também foram alteradas as séries respectivas com a evolução dos números-índices, os quais passam a ter como base a média de 2011. Todos os demais indicadores continuam com suas séries inalteradas.

### Nº 2: Atualização dos Valores Absolutos das Séries Divulgadas pela PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./16

Com a atualização das estimativas populacionais da FEE, o Núcleo de Demografia e Previdência ajustou a série histórica populacional realizada anteriormente para a Região Metropolitana de Porto Alegre. A população total dos meses de julho do período de 2000 a 2014 de cada ano é fornecida pelas Estimativas Populacionais FEE — Revisão 2015, enquanto as populações totais para os demais meses de 2000 a 2014 e para todos os meses a partir de 2015 foram interpoladas e projetadas utilizando técnica de tendência.

A PED-RMPA altera suas séries em números absolutos, a partir de agosto de 2000, referentes a População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos com pelo menos 10 anos.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**  
**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**

**FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (FGTAS/SINE-RS)**

**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)**

**FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade)**

**Apoio Financeiro: MINISTÉRIO DO TRABALHO**

**EQUIPE EXECUTORA**

**Supervisão:** Iracema Castelo Branco (FEE), Claudia Algayer da Rosa (FGTAS) e Virginia Donoso (DIEESE).

**Estatístico Responsável:** Fernanda Rodrigues Vargas (FEE).

**Pesquisa de Campo:** Estela Belíssimo Campos de Abreu (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Aurora Célia V. Maciel, Clotilde Rejane Meneghetti (FEE). **Estagiários:** Manuela Rosa Pereira (FEE). **Equipe de Aplicação:** **Auxiliares:** Camila Marques de Souza (FGTAS), Afonso Gaviraghi Ferreira, Daniel Leal Vieira Silveira, Luciano Bracht Barros, Sandra Targanski Krieger (FEE). **Equipe de Crítica:** **Técnicos:** Jaqueline Cristiane dos Santos, Juliano Florczaak Almeida, Luciana Pêss, Michele Krieger Bohnert (FGTAS), Adriana Lizete Schneider Dias (FEE). **Análise Socioeconômica e Estatística:** Cecília Rutkoski Hoff (Coordenadora — FEE). **Técnicos:** Fernanda Rodrigues Vargas, Jorge Augusto Silveira Verlindo, Raul Luís Assumpção Bastos, Rodrigo Goulart Campelo, Romeu Luiz Knob (FEE) e Claudia Algayer da Rosa (FGTAS). **Bolsista:** Felipe Maraschin Guigou (FAPERGS). **Controle de Qualidade:** Juciara Veiga de Campos (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Londi Milke, Lisete Maria Girotto, Sílvio José Ferreira, Valmir dos Santos Goulart (FEE) e Marlene P. Rosset (FGTAS). **Estagiários:** Axel Ravazolli de Los Angeles, Carolina Diniz Schumann, Guilherme Carlos C. da Silva, Jéssica Cristine B. da Silva, Caio Werlang, Karlos Henrique Zilch e Mathias Silveira de Freitas.

**Conceitos e Metodologia:** Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**Apoio: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)**

GOVERNO DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO SUL



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA  
E DIREITOS HUMANOS



Fundação de  
Economia e  
Estatística

**FGTAS**

Fundação Gaúcha  
do Trabalho e Ação Social

**SEADE**

Fundação Sistema Estadual  
de Análise de Dados

**DIEESE**

**FAT**  
AMPARO AO  
TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO  
**TRABALHO**



Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser**

Duque de Caxias, 1691 — Fone: (51) 3216-9043 — Fax: (51) 3216-9134

Caixa Postal: 2355 — 90010-283 — Porto Alegre-RS

E-mail: [ped@fee.tche.br](mailto:ped@fee.tche.br)

[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)